

MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

Nº 79

Fevereiro – 2007

S U M Á R I O

2 | *Irã e Estados Unidos. Competição geopolítica no Oriente Médio*

João Fábio Bertonha

5 | *União Africana: apontamentos sobre segurança e integração*

Cláudio Oliveira Ribeiro

8 | *Mercosul: um novo muro de lamentações com extensões assimétricas*

José Ribeiro Machado Neto

11 | *Blair, Ano 10*

Cristina Soreanu Pecequillo

14 | *A difícil insistência na permanência no Iraque*

Virgílio Arraes

16 | *“Uma passagem para a Índia” – ou a Índia pede passagem*

Paulo Antônio Pereira Pinto

Irã e Estados Unidos. Competição geopolítica no Oriente Médio

*João Fábio Bertonha**

Em janeiro de 2007 os Estados Unidos anunciaram o envio para o Oriente Médio de um novo grupo de batalha de porta-aviões, centrado no *John Stennis*. Ele vai se reunir a um outro, já presente na região e nucleado no *Eisenhower*. Com a chegada desses reforços, a força naval norte-americana na região estará substancialmente ampliada e a capacidade do Pentágono para desfechar uma série de ataques aéreos sobre alvos no Irã será substancialmente reforçada.

Outras informações também revelam que os Estados Unidos estão “flexionando os músculos” na região, como o anúncio do envio de mísseis Patriot. O sinal mais importante, contudo, é a nomeação do almirante William Fallon para comandar o Comando Central dos Estados Unidos, o Centcom.

O Centcom se estende por uma ampla área, abrangendo alguns dos países mais instáveis e problemáticos do planeta, além do grosso das reservas mundiais de óleo. Dois cenários de luta – Iraque e Afeganistão – estão na sua área de atuação e, em ambos os casos, o Exército e os fuzileiros navais são as principais forças envolvidas. Nomear um almirante para este comando é um sinal claro de que as prioridades locais, em termos militares, podem estar mudando.

Outros sinais de uma renovada hostilidade dos EUA frente ao Irã têm se sucedido nos últimos meses, como menções ao país em discursos de George Bush, ataques a funcionários iranianos em atuação legal no Iraque, etc. As perguntas a se fazer frente a esta situação são duas: se os Estados Unidos estão prestes a atacar o Irã e, em segundo, as razões dessa hostilidade.

A resposta à primeira pergunta, provavelmente, é não. Os aviões norte-americanos poderiam muito bem bombardear o país, mas seria necessária uma

força muito superior para causar danos realmente dignos de notas nas instalações nucleares e militares do país. Não apenas mais porta-aviões como um substancial reforço em aeronaves baseadas em terra seria necessário, e ainda não vemos sinais disto.

Depois, mesmo um imenso ataque aéreo não teria condições de eliminar com eficácia as instalações nucleares iranianas (sendo razoável acreditar que elas devem estar bem camufladas e protegidas) e nem reduzir a força militar do Irã a níveis insignificantes. Seria possível aumentar em mais alguns anos o tempo para a posse, por Teerã, de uma arma nuclear, mas não mais do que isso. Washington resolveria um problema, mas fortaleceria o governo dos aiatolás no plano interno e externo e aumentaria a tensão na região.

Para garantir uma mudança total de cenário, o que seria necessário seria invadir e ocupar o país, garantindo a instalação de um governo pró-Estados Unidos. Mas tal invasão não apenas seria um pesadelo para o Exército norte-americano, já esgotado pela aventura iraquiana, como um suicídio político para os republicanos. A “exibição de músculos”, portanto, visa mais a pressionar o Irã para atender os desejos de Washington do que outra coisa. Provavelmente, contudo, mesmo essa exibição não terá muito efeito ou até induzirá Teerã a se tornar ainda mais beligerante.

Já as fontes de tensão entre os dois países são variadas, mas tem, como pano de fundo, uma competição estratégica. Com sua massa territorial, sua ampla população, localização estratégica e recursos petrolíferos, o Irã tem potencial claro de se tornar a força dominante na crítica região do Golfo Pérsico. Sua ascendência sobre grupos xiitas em várias regiões vizinhas também é um elemento de poder razoável

* Professor da Universidade Estadual de Maringá – UEM (fabiobertonha@hotmail.com).

e a posse de uma arma nuclear seria o coroamento dessa supremacia. Permitir a ascensão dessa potência rival seria inadmissível para os Estados Unidos.

Na verdade, a influência do Irã já é bastante razoável no Oriente Médio hoje, causando desconforto nas monarquias árabes sunitas e em outros grupos. Seria um erro superestima-la, como se o Irã fosse a única fonte de problemas na região. Mas não há dúvidas que ele é, hoje, a chave de várias questões fundamentais para o Oriente Médio, como a proliferação nuclear, o terrorismo e a estabilidade libanesa, iraquiana e palestina. Ver essa influência aumentar ainda mais seria um pesadelo para Washington, que estão fazendo o possível para conte-la.

Enfim, o que quero dizer é que, mesmo levando em conta os limites do poder e da influência iranianas e que todas as questões localizadas aqui mencionadas (Iraque, Afeganistão, Líbano, etc.) têm aspectos regionais e imediatos, o que está em jogo, lá no fundo, é uma disputa geopolítica clara para ver quem será a força dominante no Oriente Médio, controlando a maior parte do petróleo do mundo. Um Irã nuclear, com amplas reservas de óleo, imensa população e território e influência no Líbano, no Iraque, em Bahrein e em vários outros pequenos países, seria um formidável rival para Washington. Os países árabes provavelmente se armariam para enfrentar o desafio iraniano e correriam para a proteção norte-americana, mas a situação ficaria muito menos tranqüila para Washington na região. Estas preocupações em longo prazo acabam, sem dúvida, por influenciar as determinações de curto.

Veja-se, por exemplo, a estabilização do Iraque. Uma recomendação do Grupo de Estudos para o Iraque é atrair Síria e Irã para a mesa de negociações para estabilizar o Iraque. Não é uma aposta absurda. Se os sírios e outros árabes pudessem garantir a segurança dos sunitas, enviando dezenas de milhares de soldados, e o Irã fizesse o mesmo nas áreas xiitas, poderia haver, talvez, uma chance de o país ser pacificado. Algo discutível, claro, mas poderia ser possível, permitindo aos soldados americanos saírem do pesadelo iraquiano. Mas dar ao Irã este papel seria reconhecer, praticamente, a sua proeminência

no Golfo Pérsico, algo inaceitável para os interesses de longo prazo dos Estados Unidos.

Essa disputa com o Irã já tem, pelo menos, vinte e oito anos, desde a Revolução Islâmica de 1979. Durante o regime do Xá, os Estados Unidos foram os aliados mais próximos do Irã e chegaram a pensar em utilizá-lo como uma espécie de guardião dos interesses norte-americanos na região. Isso quase aconteceu e, nos anos 70, o Irã foi abastecido de todo tipo de material militar por Washington, permitindo que ele se tornasse uma potência regional.

Com a queda do Xá, a equação se inverteu. De aliados íntimos, os dois países passaram a inimigos declarados e a disputa para ver quem controla a região tem prosseguido desde então. Durante a guerra Irã-Iraque, por exemplo, os Estados Unidos chegaram a dar apoio indireto, a contragosto, a Saddam Hussein, já que este era o único capaz de deter os iranianos. A administração Reagan também enviou unidades navais para o Golfo nos anos 80, justamente para vigiar os iranianos. Também ocorreram disputas entre norte-americanos e iranianos em vários outros locais, tanto por questões imediatas como pela competitividade estratégica de longo prazo.

Não é impossível, neste sentido, que um dos objetivos, entre outros, da invasão do Iraque, em 2003, tenha sido criar um Estado sob controle de Washington e que não apenas servisse de fonte confiável de petróleo (diminuindo a dependência da Arábia Saudita) como voltasse a servir de contrapeso ao Irã, papel para o qual Saddam Hussein não servia mais. Se fosse democrático e servisse de exemplo para o resto do mundo islâmico, ainda melhor, mas o fundamental seria garantir a presença de tropas e da influência norte-americana bem nas fronteiras iranianas, o que seria um excelente trunfo nessa disputa.

Se era essa a intenção, o tiro saiu completamente pela culatra. Ao invés de um aliado estável nas fronteiras do Irã, os Estados Unidos se vêem as voltas com um país em quase guerra civil e que drena recursos ao invés de ser um aliado de peso. E o Irã ampliou fortemente sua influência no local, dado o colapso do Estado iraquiano e sua influência em

vários dos partidos xiitas iraquianos. Provavelmente, a maioria dos xiitas iraquianos não está ansiosa pela implantação de uma república islâmica no país, mas não resta dúvida que o Irã é uma referência chave para eles, o que só amplia a sua influência.

Assim, na longa lista de erros cometidos por Bush, pode-se elencar este que foi, pensando apenas

em termos estratégicos, o pior de todos. Ao invadir o Iraque, os Estados Unidos eliminaram um desafeto e um tirano, mas também fortaleceram o seu rival regional de longo prazo. Já chamaram a guerra do Iraque de “guerra errada contra o inimigo errado”. Pensando apenas na disputa Irã-Estados Unidos, é difícil definir melhor.



O que é o IBRI

O *Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI*, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o *IBRI* desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI*.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, João Paulo Peixoto, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite a homepage em <http://www.ibri-rbpi.org.br>

União Africana: apontamentos sobre segurança e integração

*Cláudio Oliveira Ribeiro**

Ensejada na década de 1990 como alternativa a pouco eficaz Organização de Unidade Africana (OUA), o avanço mais significativo da União Africana (UA) se deu a partir em 1999 quando é lançado o projeto, em Sirte, na Jamahiriya Árabe Líbia Popular e Socialista. Arquitetada pelo líder Muammar Qadhafi, a proposta do Tratado da UA foi, surpreendentemente, se transformando em realidade em pouco menos de dois anos. O Tratado foi adotado pela maioria dos membros da OUA em 2000, na cimeira de cúpula de Togo, Lomé e ratificado em 2001, por seus Estados membros – entre os quais a África do Sul, Costa do Marfim, Senegal, Namíbia, Moçambique, Zimbábue e vários outros, que resistiam à forma como se pretendia fazer esta integração continental.

Com sede em Addis Abeba, Etiópia, a UA conta hoje com 53 Estados membros. Seu principal órgão decisório é a Assembléia Geral dos Estados, na qual que se reúnem ordinariamente ao menos uma vez por ano os respectivos chefes de Estado. A Assembléia Geral elege um presidente com um mandato válido pelo período de 12 meses. Um Conselho Executivo, composto dos ministros das relações exteriores, aconselha a assembléia geral. Há, ainda, uma comissão que, na prática, se constitui num secretariado com poderes executivos, composto por dez comissários encarregados de pastas específicas para áreas distintas. Esta Comissão elege um coordenador com um mandato de quatro anos.

Tendo como modelo a estrutura e formatação da União Européia, em 2004 a UA criou um parlamento pan-africano com atribuições meramente consultivas, mas que vem se constituindo em importante centro de debates das questões regionais. Da mesma forma, a

UA contempla a criação de um banco central regional e tem o ambicioso projeto de criação de uma moeda única para a comunidade, cuja data de implementação está marcada para 2023. Estão igualmente previstos para médio prazo a constituição de um banco de desenvolvimento regional e um tribunal supranacional de direitos humanos.

Por tais características e ambições, o processo de transição da OUA para UA coloca em debate a viabilidade da Instituição, pois não deixa exatamente claro quais suas diferenças ou objetivos quando comparada a sua antecessora. O debate em volta da UA assume contornos para lá de críticos, mesmo porque as dúvidas e descrenças persistem. Se OUA não foi, em mais de 40 anos de existência, capaz de colocar em prática soluções às demandas continentais, por que a UA, surgida, de forma prematura e voluntarista, o seria? O ceticismo deve-se frisar não se baseia em restrito a UA, mas ao próprio vácuo deixado pela Instituição no que diz respeito a sua viabilidade.

A despeito da conceituação consideravelmente ampla e genérica, a concepção e institucionalização da UA exprimem um ato de vontade de mais de 50 países independentes na construção de uma organização multilateral de objetivos seguramente incontestáveis. As dúvidas em torno do projeto continuam a ser, contudo, os objetivos próprios da UA: qual o conteúdo e as finalidades da instituição projetada?

Por este prisma a UA ainda encerra uma série de dúvidas quanto ao seu real significado. Para além da valorização e preservação dos laços étnicos e histórico-culturais, consoante à promoção de políticas de desenvolvimento, qual, exatamente, o propósito

* Mestre e doutorando em Ciência Política pela Universidade de São Paulo – USP e professor do Curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP (professorclaudio@gmail.com).

deste projeto multilateral que envolve Estados de economia e bases industriais relevantes como a África do Sul com países africanos como Sudão e Somália? A princípio, poder-se-ia cogitar que o objetivo básico seria o desenvolvimento de projetos comuns, sobretudo os de âmbito políticos e econômicos, consoante à harmonização da postura internacional dos países membros.

Contudo, não há uma definição clara acerca dos custos deste exercício multilateral, comparativamente elevados para boa parte dos países africanos. Como resultado, vários membros tem esboçado preocupação pela ausência de definições claras acerca dos objetivos políticos e econômicos da UA. Uma das mais urgentes diz respeito à violência observada nos últimos dias no Darfur, Sudão, que, desde fevereiro de 2003, vivencia uma gravíssima crise humanitária, sem que a UA tenha capacidade técnica e mesmo organização política para dar fim à situação.

Ainda que a UA conte com um Conselho de Paz e Segurança similar ao da ONU e seu Ato Constitutivo estabeleça limitações significativas à soberania dos Estados membros, prevendo, em seu Artigo 4, como motivo de intervenção as circunstâncias graves, isto é, crimes de guerra, genocídios e crimes contra a humanidade, a incapacidade de por fim à situação de Darfur tem colocado em questão a capacidade gerencial e executiva da Instituição. Obviamente que este não deixa de ser um problema da ONU. Talvez até mais pertinente a sua competência do que necessariamente a da UA. Mas é neste ponto a que se deve atentar: entre a OUA e UA ainda não foi possível estabelecer mecanismos capazes ou eficientes na promoção dos direitos básicos que deveriam ser assegurados em âmbito interestatal. Não foi igualmente possível se verificar a validade de instituições capazes de prescrever comportamentos estatais aceitáveis e repudiar aqueles tidos como inaceitáveis. Como instituição, é primordial a UA ser capaz de estipular as formas como os Estados membros deveriam cooperar e mesmo competir entre si.

Tal constatação leva a concluir que o ideal de um continente construído a partir de uma organização interestatal ainda está bastante distante. Ainda

que se reconheça a validade dos acordos e blocos regionais existentes (como a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral – SADC e a Nova Aliança para o Desenvolvimento da África – NEPAD), não é possível negar que os mesmos são facilmente suscetíveis às instabilidades domésticas, às guerras de fronteira e mesmo às disputas étnicas. Para tornar-se efetiva, a atuação da UA deve ter impacto objetivo sobre a realidade vivida. Ao lidar com questões referentes a direitos humanos, como é o caso em Darfur, torna-se imperativo se reconhecer que se lida com o poder manifesto no cotidiano. Portanto, a ação deve ser capaz de assegurar o auxílio necessário à manutenção da vida, seja em seus âmbitos normativos seja em sua urgência cotidiana.

Desta perspectiva, apresenta-se como indispensável a UA uma estratégia eficaz de prevenção e solução dos conflitos, numa instância superior a dos mecanismos criados pela OUA, para que se exerça com eficiência o direito reconhecido em sua Carta constituinte: “intervir em Estado membro, por decisão da Conferência, em certas situações graves, como crimes de guerra, genocídio e crimes contra a humanidade”, ou de responder ao “direito dos Estados membros de solicitarem a intervenção da União para restaurar a paz e a segurança”.

Em função das ameaças potenciais, a UA deve ter como uma de suas estratégias a localização de forças de paz, em cada exército nacional – ou, em sua ausência, o exército nacional um “Estado líder” em cada sub-região – que disponibilize ao órgão sub-regional de prevenção e gestão de conflitos um contingente de soldados formados e equipados para operações de manutenção ou de restabelecimento da paz. Seu objetivo último seria minimizar os custos inerentes à projeção de forças, o que coloca em questão a capacidade de coordenação com as instâncias sub-regionais existentes, que deve ser regulamentada – como é o caso do Reforço da Capacidade Africana de Manutenção da Paz (Recamp), da França, o African Center for Security Studies (ACCS), dos Estados Unidos, e o British Military Advisory and Training Team (BMATT), da Grã-Bretanha, que necessitam ser integrados a esta estratégia ampla.

Por fim, a consecução de um programa de segurança de âmbito continental torna-se primordial à própria manutenção e consecução do projeto da UA. No mosaico étnico que compõe o continente africano, o tema da segurança é, indiscutivelmente, um dos poucos alicerces capazes de estabelecer um alto grau de interdependência entre os Estados africanos em prol da manutenção e validade da UA, pois vai de encontro a dois desafios indispensáveis à maioria

de seus membros: a regulação do poder por formas legitimadas de governo, o que equivale ao desafio da construção e reforço da democracia; e a reintegração do continente no sistema internacional, mediante a criação de ambientes capazes de promover e assegurar um conjunto de princípios, normas, regras e procedimentos em torno dos quais as expectativas dos atores possam convergir em uma ou várias áreas temáticas.



Sobre Meridiano 47

O *Boletim Meridiano 47* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. *Meridiano 47* é uma publicação digital, distribuído exclusivamente em *RelNet – Rede Brasileira de Relações Internacionais* (www.relnet.com.br), iniciativa da qual o IBRI foi o primeiro parceiro de conteúdo. Para ler o formato digital, distribuído em formato PDF (*Portable Document Format*) e que pode ser livremente reproduzido, é necessário ter instalado em seu computador o software *Adobe Acrobat Reader*, versão 3.0 ou superior, que é descarregado gratuitamente em <http://www.adobe.com.br/>.

© 2000-2006 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

Mercosul: um novo muro de lamentações com extensões assimétricas

*José Ribeiro Machado Neto**

Recentemente, um dos nossos e mais bem conceituado *apparatchik* tem reafirmado repetidas vezes – como se fosse a mais correta receita diplomática – que a decisão do presidente Hugo Chávez de marchar para o “socialismo do século 21” é assunto interno da Venezuela, portanto, não cabendo ao Brasil, ou a algum dos seus vizinhos, qualquer forma de intromissão. Não obstante a Venezuela ser o quinto estado membro do Mercosul, a opção socialista se levada a efeito extenuará liberdades em prol de uma duvidosa igualdade social, diferenciando consequentemente o seu regime político dos vigentes nos demais estados membros e quebrando em última instância, a vocação democrática do bloco.

Na constituição do Mercosul, em 1991, em Assunção, Paraguai, ficou estabelecida a vigência plena do regime democrático pelos seus quatro primeiros membros: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Ao Paraguai, diga-se de passagem, deve ser creditado o mérito por todo um esforço real para a manutenção da democracia em seu território, diante das convulsões do período pós-Stroessner iniciado em 1989 – após quarenta e cinco anos de ditadura homologada pelo Partido Colorado – com a ascensão do general Andrés Rodríguez (1989 – 1993), também respaldado pelo fórum colorado.

A partir de então, o Mercosul buscou a sua personalidade jurídica internacional, que foi estabelecida no Protocolo de Ouro Preto, Minas Gerais, em fins 1994, alterando parcialmente o tratado de Assunção, passando a ser considerado um “agrupamento de natureza intergovernamental com processo decisório fundado na regra do consenso”,

segundo Vargas Garcia (1995). Posteriormente, no início de 1995, entraria em vigor a União Aduaneira do Mercosul, com a adoção da Tarifa Externa Comum (TEC), permanecendo, porém, mediante consenso, listas com exclusões de produtos considerados sensíveis para as economias dos seus estados membros a serem gradualmente eliminadas até 2006, quando se daria por encerrada a fase transitória para a consolidação da União Aduaneira.

A manutenção do regime democrático na esfera do Mercosul foi ameaçada com a entrada da Venezuela como estado associado na XXVII Cúpula do Mercosul em dezembro de 2004, em Ouro Preto. Nessa ocasião, foi também formalizada a adesão dos estados da Colômbia, da Bolívia e do Equador como membros associados. A inserção definitiva da Venezuela ocorreria em julho de 2006, durante a Cúpula de Presidentes em Córdoba, Argentina. A partir de então, a homogeneidade política que, ainda com algumas assimetrias periódicas – como no caso específico de Brasil e Argentina – estender-se-iam com a inclusão de componentes ideológicos, que vão desde o neoliberalismo a teses cubanas. Essas, de há muito tempo, ultrapassadas e comprovadamente inadequadas à atual realidade latino-americana, pois além de inibirem o financiamento do crescimento econômico, gerar parcerias instáveis, barulhentas e incômodas ao multilateralismo econômico albergado nos diplomas de 1991 e 1994.

Outro aspecto da *entrance* bolivariana, além do adicional ideológico particularizado no antiamericanismo, é a questão concernente à disputa da liderança do bloco. Considerando a magnitude da

* Doutor em História das Relações Internacionais, professor do Curso de Relações Internacionais e Coordenador Geral do Núcleo de Estudos de Meio Ambiente e Relações Internacionais (NEMARI), da Universidade Católica de Brasília (josem@ucb.br).

economia brasileira – ainda sob uma visível letargia voluntária a partir de 2002 – não se pode abdicar da potencialidade brasileira, de sua posição estratégica no Cone Sul e, ainda, com maior ênfase de sua capacidade negociadora com a União Européia (UE), mais do que necessária para a manutenção do estado concorrencial dos membros do Mercosul. A liderança venezuelana apresenta-se conflituosa, instável e, ao mesmo tempo, retrógrada economicamente, pois a sobrevivência do projeto bolivariano depende necessariamente da manutenção da âncora de preços do petróleo no mercado internacional.

Num contexto geral, havendo estabilidade de preços do petróleo, ainda que com relativas flutuações e algumas expectativas de baixa, o avanço das demandas sociais certamente poderá impactar negativamente a economia venezuelana. Primeiramente, pela imediata utilização das reservas internacionais, adoção de desvalorizações cambiais, sucessivos aumentos da taxa de juros interna para financiamento de aumentos na capacidade instalada das refinarias, novos fluxos de capitais externos, possíveis de crises de abastecimento com elevações de preços internos, além de revisão da questão da propriedade privada. Desta forma, dar-se-ia uma violação do espectro original do “socialismo do século 21”, com conseqüências imprevisíveis – com possíveis rumores de sabres adormecidos desde 2002 – aleatórias à frágil institucionalidade de Caracas, lançando para além fronteiras a ineficácia do retrocesso político não estrutural, infelizmente seguido à risca pela Bolívia e, mais recentemente, pelo Equador.

A recente Cúpula de Presidentes do Mercosul – órgão político máximo do bloco – realizada no Rio de Janeiro, entre 18 e 19 últimos, apresentou uma agenda contumaz, sem inovações em termos de objetivos nacionais de seus membros. Destacaram-se a integração da região, a atenuação das assimetrias, o apoio cambial às economias menores do Paraguai e do Uruguai e a homologação do ingresso da Bolívia e do Equador. Além disso, e de maneira aleatória, sobressaiu-se a retórica bolivariana defensora de metas estatizantes que englobam a nacionalização

das empresas de telecomunicações e de energia; restrições à autonomia do Banco Central da Venezuela; mudanças nos direitos de propriedade, com ampliação do conceito de propriedade coletiva; maior controle sobre a rentabilidade bancária; o aumento da participação do estado na atividade petrolífera; e finalmente, a implementação de Conselhos Comunitários, que sob visões jacobinas transfiguram a secular hierarquia da justiça civil venezuelana, como se Caracas fosse uma segunda Havana e estivesse sob uma revolução permanente, encarregada de perpetuar assimetrias.

A proposta venezuelana para o novo governo (2007-2013), ainda que aleatória à agenda da Cúpula, ecoou como um sério exemplo – *justum et tenacem* – a ser seguido pelos estados membros do Mercosul, contra o neoliberalismo que, segundo Chávez, impregna a cúpula dirigente do Mercosul. Ainda causaria eco o clima de divergência entre os presidentes da Argentina, Néstor Kirchner, e do Uruguai, Tabaré Vazquez, sobre a implantação de fábricas de celulose em regiões fronteiriças, que segundo os argentinos é causadora de tarifas extraleais e extraordinárias ao comércio portenho. A disputa foi remetida em dezembro passado à Corte Internacional de Haia e por 14 votos contra um, a corte julgou que as circunstâncias não exigem sua intervenção, rechaçando, portanto, a demanda uruguaia. Há de se observar também, o discreto posicionamento da presidente do Chile, Michelle Bachelet, observadora e, ao mesmo tempo conciliadora de controvérsias num universo de atritos particularizados. Contudo, desta feita, não houve as contumazes atenções à reivindicação boliviana da saída para o Pacífico.

Em termos de eficácia político-diplomática o resultado é considerado pífio. Nada de novo no front do Cone Sul. Teses como estatização defendida pela Venezuela já não encontra abrigo no cenário globalizado. Crescimento aleatório à democracia não é viável para a manutenção das conquistas sociais verificadas na Argentina, Brasil e Chile. A recusa da TEC pela Bolívia e sua ligação à Comunidade Andina prolongam a decisão quanto a tornar-se o

sexto membro do Mercosul. Em relação ao Equador prevalece a espera de definições do presidente Correa, principalmente no que tange à sua estreita ligação com teses chavistas. A ausência de novos paradigmas por si justifica a letargia da geometria do Mercosul. Por conseguinte, as preocupações advindas da Venezuela no que diz respeito à decisão do estado em substituir o mercado na alocação de recursos, a possibilidade de redirecionamento de investimentos para o setor bélico e a transferência de poder de polícia aos Conselhos Comunitários atestam a heterogeneidade estrutural do Mercosul, que poderá ser ampliada com a posterior aceitação da Bolívia e do Equador.

Resta-nos esperar pela próxima reunião de cúpula Argentina, Brasil e Chile, economias expressivas do bloco, para direcionar o curso do Mercosul, corrigir assimetrias, atenuar disparidades regionais, definir de uma vez por todas o aspecto institucional do bloco e, inclusive, tornar realidade o Parlamento do Mercosul com sede transitória entre Rio de Janeiro, Buenos Aires e, posteriormente, Santiago. Caso as economias menores do Paraguai e do Uruguai retomem o curso normal do bloco, poderiam também sediar o Parlamento. Desta forma é necessário que o Chile defina em curto espaço de tempo a sua adesão definitiva ao Mercosul, pois os exemplos chilenos de condução econômica, desde a legislação sobre o

capital externo e a sustentabilidade do crescimento, podem certamente fortalecer as bases estruturais do Mercosul.

Bolívia e Equador, novos parceiros em potencial deverão, primeiramente, enquadrar-se nos quadrantes democráticos, na aceitação das regras de funcionamento do Mercosul e buscar a integração aberta. Quanto à Venezuela, deve-se buscar uma forma, um mecanismo de avaliação para que possa, sem traumas ou rumores de isolamento, enquadrá-la no bloco, mas sem a sua tenaz vontade de fazer renascer o ideal cubano dos anos 1960.

Finalmente, é preciso buscar a identidade macroeconômica do Mercosul e assim, transformá-lo num mercado comum. Para tanto, é preciso que a Cúpula de Presidentes do Mercosul haja com pragmatismo, redefina com urgência os objetivos permanentes do bloco, descentralize as estratégias, principalmente no que diz respeito à correção de assimetrias regionais lideradas pela baixa poupança interna, pela pobreza e pela informalidade. Além disso, a noção de oportunidade deve prevalecer e isto diz respeito ao aproveitamento da hibernação da Alca e do trágico envolvimento dos Estados Unidos nas questões iraquiana e iraniana, que além do desgaste político, influencia também o direcionamento de sua influência secular na América Latina.



Como publicar Artigos em Meridiano 47

O Boletim *Meridiano 47* resulta das contribuições de professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais ligados à área, cuja produção intelectual se destine a refletir acerca de temas relevantes para a inserção internacional do Brasil. Os arquivos com artigos para o Boletim *Meridiano 47* devem conter até 90 linhas (ou 3 laudas) digitadas em Word 2000 (ou compatível), espaço 1,5, tipo 12, com extensão em torno de 5.500 caracteres. O artigo deve ser assinado, contendo o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional. Os arquivos devem ser enviados para meridiano47@gmail.com indicando na linha *Assunto* "Contribuição para Meridiano 47".

Blair, Ano 10

*Cristina Soreanu Pecequilo**

Quase um ano antes de completar sua primeira década no cargo de Primeiro Ministro do Reino Unido, Tony Blair anunciou antecipadamente que irá deixar seu posto no governo e como líder do Partido Trabalhista neste ano de 2007. Sem definir datas e resistindo às pressões do partido da opinião pública, que pediam sua renúncia imediata, Blair manteve-se no poder, indicando que encerraria seu ciclo sem precipitações. Desde então, administra crises e matiza opções, buscando recuperar parte de seu legado.

Logo que ascendeu ao poder em 1997, Tony Blair foi apontado, ao lado de Bill Clinton e de Fernando Henrique Cardoso (FHC) como um dos líderes de uma nova geração de políticos que buscava a reforma de antigas práticas de poder. Esta reforma, conhecida como Terceira Via, prometia uma atualização da Social Democracia, e das visões de esquerda do socialismo/comunismo que esgotaram-se com a URSS e o fim da Guerra Fria, assim como uma humanização do neoliberalismo de direita remanescente da Era Margaret Thatcher de 1979 a 1990 (que tivera sequência na gestão John Major, de 1990 a 1997)

O objetivo era trazer um caráter social a este neoliberalismo que promovera um processo maciço de privatizações, diminuição do Estado e corte nos programas sociais e um foco mais pragmático às iniciativas de esquerda e centro-esquerda, desprovido-as de seu assistencialismo. Apesar de seu discurso com ênfase no equilíbrio, a Terceira Via também trazia embutida uma retórica que atribuía a sua agenda o caráter de nova esquerda à luz da desorganização deste campo pós-1989. Externamente, a premissa igualmente era a de superação do passado: ao invés da bipolaridade, apresentava-se um discurso cosmopolita centrado

na globalização, que pregava uma mescla de universalização de valores e direitos, com respeito às diferenças de cada sociedade, de reconciliação e, no caso específico do Reino Unido, de identidade renovada, somando as prioridades atlânticas às da União Européia, prometendo-se menos ambiguidade frente à integração.

Por seus elementos paradoxais compartilhados entre direita/esquerda, a Terceira Via passou a ser criticada por cada uma destas visões. Enquanto a direita a acusava de esquerdismo, a esquerda a percebia como discurso para justificar o neoliberalismo, emergindo nesta brecha novos movimentos: um renascimento neoconservador e dos partidos de esquerda na expressão dos Fóruns Sociais Mundiais.

No caso do Reino Unido, Blair foi capaz de 1997 a 2001 de administrar estas oscilações e levar o país a um fase de crescimento e expansão econômica, que se prorroga até hoje, mas sem resolver todos os problemas estruturais e sociais britânicos. Mesmo assim, deu continuidade à Terceira Via com a *Stakeholder Society* (que poderia ser apresentada como uma sociedade de redistribuição de riqueza), consolidando-a como projeto de longo prazo. Como Clinton e o Partido Democrata (e em menor grau FHC e o PSDB, Lula e o PT), e analisado por Anthony King em artigo para a Revista *Newsweek International* (disponível em www.msnbc.com), Blair deu uma nova identidade ao Partido Trabalhista, realizando a captura do centro. King denomina esta política pragmática, considerando que a reinvenção consistiu na eliminação dos conceitos de esquerda, direita e centro. Para King, contudo, esta perda de divisões esconde, atrás de um suposto consenso, a ausência de debate. Como resultado, vácuo de

* Professora de Relações Internacionais Universidade Estadual Paulista – UNESP (Campus Marília), e Pesquisadora Associada ao Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (crispece@gmail.com).

pensamento estratégico e planejamento e renovação de extremismos podem ser apontados.

Externamente, neste período, processo similar aconteceu na política externa, dividindo-se com mais intensidade entre o Atlântico e a Europa, ainda que reais avanços no aprofundamento da integração não tenham sido realizados (o país manteve-se distante de mecanismos supranacionais como o euro e teve posições reticentes nas discussões da Constituição, mantendo sua opção pelo alargamento). Mesmo assim, maior disposição pró-Europa pode ser percebida. Blair apoiou a expansão da OTAN em 1999 (e a futura de 2002) e a Guerra do Kosovo, mantendo sua identidade. No campo misto interno/externo, que se relaciona ao intercâmbio da Inglaterra com os demais membros do Reino Unido, a participação de Blair foi essencial na garantia de maior autonomia a países como Irlanda e Escócia, investindo na interdependência e no processo de paz irlandês. Nos organismos multilaterais e fóruns internacionais, predominava o discurso da Terceira Via.

A “reinvenção” de Blair entrou em um espiral descendente a partir de Setembro de 2001, quando as opções externas então existentes foram substituídas pelo alinhamento quase que incondicional à Guerra ao Terror de George W. Bush. Representante do movimento neoconservador nos EUA, Bush é um dos resultados da perda de identidade de esquerda/direita dos anos 1990, que é a recuperação extrema dos ideais de uma determinada corrente (que pode ser definida, até, como fundamentalista) para chegar ao poder, e antes de 11/09 já possuía políticas unilaterais e agressivas. Para Bush e seu *staff* os atentados representaram uma válvula de escape para, sob a roupagem de uma nova guerra, reforçar sua agenda neocon. Cabe indagar o porquê de Blair ter aderido tão fortemente a este caminho. E, aqui, o que mais parece chamar a atenção é o motivo pelo qual um líder, que parecia estar garantindo uma expressão própria, optou pelo alinhamento com uma figura controversa como Bush.

Apesar de recusar o título de parceiro menor de Bush, de aliado automático e subordinado (ou “poodle de Bush”, capa da *Newsweek International*),

a identidade política de Blair e seu legado foram comprometidos por suas escolhas- nas últimas eleições em 2005, Blair levou seu Partido à terceira vitória consecutiva, mas perdeu espaços para os conservadores (hoje liderados por David Cameron) e os liberais (tendo à frente Charles Kennedy). Ainda que continue valorizando seu papel doméstico, a opinião pública é abertamente contrária às iniciativas frente ao terrorismo, ao Afeganistão ao Oriente Médio e à aliança Bush-Blair.

Em particular, é o caso do Iraque e a Guerra de 2003 que causou maiores danos: o encaminhamento do conflito via ONU em choque com o unilateralismo de Bush, a adesão à Coalizão da Vontade como único membro importante (o que leva a compartilhar custos pelo fracasso da invasão e transição), distância da comunidade internacional e, em especial, das potências européias, França, Alemanha e Rússia, as provas descobertas como manipuladas, as tentativas de explicar este “erro”, apontando os “sucessos” da operação (promoção da democracia como Blair sustenta em *Foreign Affairs*, Jan/Feb 2007).

O porquê de Blair ter assumido este risco pode ser resumido em algumas hipóteses: a) busca de fortalecimento de sua posição e do Reino Unido no núcleo do poder mundial, recuperando a aliança atlântica depois de um relativo distanciamento; b) como resultado do fortalecimento, reposicionamento nas discussões da UE em posição de liderança, colocando em segundo plano França e Alemanha; c) recuperação da posição estratégica na Eurásia, com um simultâneo decréscimo da influência russa (permitindo avanços políticos-militares-diplomáticos nos setores econômicos de exploração de gás, petróleo e demais recursos); d) crença de que EUA e Reino Unido, e seus respectivos líderes, compartilhariam tarefas na administração da Guerra ao Terror, projetando a presença de Blair internacionalmente; e) subestimação dos riscos da invasão no Iraque e da unidade neoconservadora norte-americana que permitiria a divisão de liderança citada no item anterior; f) superestimação da capacidade anglo-americana de conduzir a Guerra ao Terror, gerar estabilidade e implantar novos regimes e valores.

Tais hipóteses são todas válidas para Blair, assim como podem ser adaptadas a Bush. Estas questões referem-se a um debate de longo prazo sobre o perfil da inserção e projeção de poder de hegemonias que decaem (que poderá ser enfrentado pelos EUA) e no Reino Unido é travado desde 1945 pela polarização entre relações atlânticas e europeias. Os dois vértices são opções de reposicionamento em busca de um novo papel que possa aumentar o poder na fase pós-liderança.

A opção de Blair, a despeito das inovações domésticas, foi a do atlanticismo alinhado como forma de resolver este dilema, sem sucesso, e atualmente o Primeiro Ministro tenta minimizar suas perdas, de seu partido (e de possíveis sucessores como Gordon Brown) e do país. Dentre estas medidas destacam-

se o anúncio de diminuição das tropas britânicas no Iraque, a revisão da posição no Afeganistão (como membro da OTAN), o questionamento das táticas frente ao terror, reaproximação à UE, revalorização das OIGs e fóruns, buscando reativar uma agenda de cooperação e ajuda ao Terceiro Mundo (ver artigo já citado da *Foreign Affairs*).

Nos discursos de Blair prega-se para o futuro uma agenda que talvez não possa mais ser reconstruída ou atualizada em seus moldes. Não só o mundo mudou, como também o homem que a propôs, e os preços das escolhas políticas são altos: vários acertos nem sempre compensam certos erros. Da Terceira Via à Bagdá, Tony Blair certamente entrará para a história, mas, talvez, não do jeito que gostaria.



***Assine a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI
e adquira os livros publicados pelo IBRI***

Na **Loja do IBRI** é possível adquirir os livros editados pelo Instituto, assinar a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI* e inscrever-se em eventos promovidos pela Instituição. Visite o novo site do IBRI em <http://www.ibri-rbpi.org.br>.

A difícil insistência na permanência no Iraque

*Virgílio Arraes**

Conquanto boa parte da sociedade norte-americana tenha expressado a sua rejeição à idéia de estender a permanência de tropas no Iraque, o governo Bush insiste no posicionamento de ampliar o efetivo, sob justificativa de eliminar os fatores de instabilidade, ou seja, os insurgentes fundamentalistas, motivadores de reveses de possível superação no médio prazo.

Na retórica oficial, a presença dos Estados Unidos expressa-se em nome de valores universais, ao praticamente desconhecer implicações econômicas, visualizadas sem dificuldades nas enormes reservas petrolíferas subexploradas desde o fim da I Guerra do Golfo – estima-se que o Iraque detenha quase 10% do total do mundo.

Todavia, parlamentares iraquianos debatem a modificação da legislação relativa à exploração de tais jazidas, principal fonte de recursos do combalido país. Oficialmente, toda alteração possível não deixaria de contemplar os interesses dos diversos grupos estruturados após a fragmentação do Iraque, a partir do atual conflito. O petróleo – dado o alto patamar de seu preço, ainda que involuntariamente provocado pela própria guerra – é praticamente a única fonte de que dispõe o país para reconstruir-se, visto que os subsídios norte-americanos são reconhecidamente insuficientes.

Na realidade, o delineio da nova política petrolífera resulta do projeto Futuro do Iraque, elaborado pelo Departamento de Estado antes da invasão, que havia recomendado o estímulo ao investimento externo direto para recuperar o setor. Desta forma, em julho de 2003, o Ministério do Petróleo da Autoridade da Coligação Provisional proporia o programa de privatização, com o intento de que várias companhias do setor, independentemente da nacionalidade, pudessem concorrer. As rendas auferidas iriam

originalmente para um fundo nacional, não setorial por etnia ou ramo religioso, conforme o almejo de alguns grupos políticos locais.

A maior dificuldade para a materialização de tal projeto é a oposição dos curdos, já em amplas negociações com empresas da Noruega, Turquia e Canadá – no caso, uma empresa da família Gulbenkian, que foi uma das primeiras a explorar petróleo na região, então sob administração da Grã-Bretanha, há mais de um século. Em decorrência do processo de modernização da marinha britânica, ao trocar o carvão pelo óleo, a empresa tornar-se-ia uma de suas grandes fornecedoras.

Ao final da regulamentação e posterior implementação da nova legislação, a maior presença seria de empresas dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e Austrália respectivamente. Se, nas linhas traçadas pelos planejadores norte-americanos, estipulou-se a centralização do comércio do produto, é possível que seja permitida a negociação local apenas para os campos de menor produção. De todo modo, muitas áreas necessitarão de proteção armada, viabilizada pelas próprias companhias exploradoras, pelo governo iraquiano ou pelo próprio governo norte-americano.

Entrementes, duas dificuldades permeiam a intenção de a gestão republicana prolongar a estada das tropas em solo iraquiano: a primeira reside em um parlamento renovado nas eleições de novembro de 2006, o que lhe configura perfil democrata. Ainda assim, a Casa Branca não desiste. No Estado da União, Bush solicitou ao Congresso autorização para incorporar mais 90 mil ao atual efetivo na próxima meia década, em função de robustecer o combate ao terrorismo.

Vários pré-candidatos democratas à Presidência posicionam-se a favor da retirada dos combatentes:

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – iREL-UnB (arraes@unb.br).

Senador Barack Obama, sugeriu um cronograma para a volta parcial, mas significativa, das tropas: março de 2008. Em sua visão, é hora de alterar a diretriz estabelecida para o Iraque e deixar com os iraquianos a decisão sobre seu próprio destino. O papel seria de contrapor-se ao terrorismo local e de auxiliar o treinamento da soldadesca em formação;

Outrossim, o Senador John Edwards havia proposto o retorno para breve de 40 a 50 mil, porém sem especificar uma data. Bill Richardson, Governador do Novo México, havia indicado a necessidade de recolher a tropa até o final do ano. Destarte, a oposição a Bush marcha, de forma gradual, para uma posição firmemente contrária à permanência maior em solo iraquiano; falta-lhe, contudo, definir o papel futuro dos Estados Unidos no seu relacionamento com aquele país.

O segundo obstáculo reside, paradoxalmente, no fato que as forças armadas quase não atingiram no ano passado sua meta de alistamento, mesmo com a contratação de mais recrutadores, com maior extensão da idade e com mais bonificações financeiras. Sobressaia-se que 2006 não foi atípico,

de modo que o governo apresenta em campanhas publicitárias as forças armadas como os guardiões da democracia e protetores da liberdade.

No passado remoto, de acordo com o governo, a atuação das forças armadas teria garantido o nascimento da nação norte-americana. Hodiernamente, o impacto pelos meios de comunicação impressa não foi tão expressivo, diferentemente do meio televisivo e do informático. Além do mais, outro desafio inquietante para o Pentágono é estender a visão positiva da vida em caserna para parentes e professores dos eventuais alistados, posta a sua influência na hora de decidir.

Por fim, não obstante os dois óbices enfrentados – um dos quais dentro do próprio poder Executivo, ao vivenciar dificuldades no recrutamento – o governo Bush movimenta-se, de modo açodado, com o fito de elaborar uma exposição de motivos que lhe justifiquem alongar a sua permanência militar no Oriente Médio. No caso, a fonte de inspiração é o Irã, conectado bem proximamente, na visão da Casa Branca, com o *Hezbollah* no Líbano e com o Hamas na Palestina.



Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Editor: Antônio Carlos Lessa

Editor-adjunto: Virgílio Arraes

Editor-assistente: Rogério de Souza Farias

Conselho Editorial:

Amado Luiz Cervo, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Argemiro Procópio Filho,
Estevão R. Martins, Francisco Doratioto, José Flávio S. Saraiva, João Paulo Peixoto, Tânia Pechir Manzur.

Projeto Gráfico: Samuel Tabosa de Castro – samuel.tabosa@gmail.com

“Uma passagem para a Índia” – ou a Índia pede passagem

*Paulo Antônio Pereira Pinto**

O livro “Uma Passagem para a Índia”¹ era considerado leitura obrigatória, para os que, até recentemente, procurassem entender os exotismos indianos. Na obra, E.M. Foster descreve sua experiência, na década de 1920, com o desencontro entre dois mundos distintos: o dos ocupantes ingleses e o dos nativos do país.

Hoje, com o clima de Carnaval no Brasil, seria mais conveniente, para o observador em Mumbai, usar a expressão “A Índia pede Passagem”, como forma de refletir o ufanismo que prevalece neste maior centro financeiro indiano. Aqui está sendo previsto um crescimento de 9% da economia, em 2007. “India Poised (A Índia está a postos) – Make 2007 the Year of India” é o “mantra” repetido em anúncios da imprensa escrita e falada e em cartazes expostos nas ruas.

Diante de tais manifestações, cria-se a expectativa, no resto do mundo de que, realmente, estaria sendo criada uma “marca”, chamada Índia, destinada a redefinir parâmetros globais.

Os seguidores desta corrente de pensamento chegam a formular neologismos como o de que empregos nos EUA estão sendo “Bangalored”, no sentido de que foram transferidos para aquela cidade indiana.

Tornou-se moda, entretanto, contar com a concorrência indiana em qualquer grande disputa por companhias européias, principalmente no setor siderúrgico. A parceria de Nova Delhi em reivindicações quanto à rodada de Doha, na OMC, é obrigatória. Washington e Moscou oferecem grandes negócios na área de energia nuclear à Índia.

Que tipo de potência, no entanto, estaria a Índia “poised”, “a postos”, “destinada” a ser?

Do ponto-de-vista econômico, cabe reconhecer que o país conta, ainda, com 260 milhões de pobres, vivendo com o equivalente a menos de US 1 por dia. Metade das crianças morrem antes dos cinco anos. A infra-estrutura lamentável e o ensino deficiente, mesmo considerando os centros de excelência existentes, não facilitam a inclusão da população rural no processo de crescimento tão alardeado nas áreas urbanas.

Em Mumbai, no entanto, a maior cidade, centro financeiro e comercial, onde residem cerca de 17 milhões de pessoas, estima-se que a metade viva em favelas ou nas ruas...

É necessário, portanto, definir de que Índia se fala, quando são feitas projeções de uma potência emergente. Os filmes produzidos em Bollywood não podem ser considerados como representativos do país. São um espetáculo. A riqueza dos casamentos exibidos nas películas e a alegria de suas danças não refletem a realidade da população. O que está sendo projetado no exterior é uma caricatura.

Talvez a Índia estivesse emergindo em função de sua “Soft Power”, para recorrer ao pensamento de Joseph Nye², que descreve tal poder como “a habilidade de obter o que você quer, atraindo e persuadindo os outros a seguirem objetivos seus”.

Nesse sentido, a Índia estaria bem equipada, tendo em vista suas instituições democráticas, a convivência entre distintas culturas, raças, religiões, castas e línguas, proporcionando a convivência entre civilizações antigas e herança artística valiosa.

¹ Foster, E.M. – “Uma passagem para a Índia” – Editora “Globo”. 2005.

² Nye, Jr. Joseph S. “Soft Power: The Means to Success in World Politics”. Public Affairs, 2004.

Quando se diz que a Índia está a postos, trata-se do reconhecimento de que existe um momento psicológico. Hoje, as pessoas encontram-se orgulhosas de serem indianas – pela imagem favorável de seu país, por razões do crescimento econômico e, não, por vitória em campeonato mundial desportivo.

A chamada “espiritualidade indiana”, com suas promessas de atingir o Nirvana, já atraiu, como se sabe, os Beatles e “elites” norte-americanas e européias.

A propósito, o muito reverenciado Guru local Jaggi Vasudev, em entrevista recente ao Jornal “Times of India”, citou que “quando Mark Twain visitou a Índia em, 1896, afirmou que “qualquer coisa que possa jamais ser criada por Deus ou feita pelo homem, foi produzida nesta terra”. Mas em toda esta conversa sobre espiritualidade, detalhes sobre a humanidade foram esquecidos. Em cada esquina foram construídos templos, mas, não banheiros públicos. A vontade de urinar é mais importante e compulsiva do que a de rezar.”

Na prática, entre as várias realidades indianas, há setores que procuram avançar no sentido que o resto do mundo parece indicar-lhe, com os adjetivos favoráveis que lhe são agraciados.

Esta seria a Índia que se livra de amarras, buscando dinamizar sua gente. Todos os obstáculos, referentes à falta de energia, reformas na agricultura, transportes, saúde, educação e meio ambiente, entre outros, seriam superados. Não haveria mais restrições

às compras de bens do exterior. Agora, trata-se de comprar empresas em outros países.

Longe desta cumplicidade, situam-se camadas mais preocupadas com rupturas bruscas, que venham a romper o frágil equilíbrio social, acomodado pela superposição de sucessivas migrações e imposição de castas.

Para esta Índia, caberia avaliar melhor o limite consensual para que se continue a criar expectativas de ascensão das centenas de milhões de pobres, em função, apenas, do desenvolvimento de indústrias de serviço.

Nesta antiga civilização, mas jovem país – independente em 1947 – não existem os entraves impostos, pela força, como acontece na China, por exemplo, no caso de reivindicações consideradas excessivas, pelo Governo central. Aqui, o “estar a postos” significa um consenso da sociedade civil e, não, uma retórica ditada por um “Grande Líder”. Como reverter processo que faça acreditar ser a riqueza um direito de todos os indianos, é algo difícil de imaginar.

Esteja a Índia de passagem por uma fase de otimismo ou “pedindo passagem”, cabe ressaltar a originalidade da principal frase de sua propaganda turística: “Incredible India” – isto é, para o observador em Mumbai, não é possível ainda acreditar numa “marca” indiana que reflita, com segurança, algo mais do que sua incrível multiculturalidade e multilinguismo.

